

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL E O IMPACTO PARA A QUALIDADE DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA: UMA REVISÃO NARRATIVA DAS PRODUÇÕES ENTRE 2016-2018

Maryland Bessa Pereira Maia¹
Carla Dornelles da Silva²
Francisco das Chagas da Silva³

Resumo

A inserção da Emenda à Constituição, a chamada PEC 6/2019, proposta pelo governo de Jair Bolsonaro apresenta um impacto perverso para o exercício docente, quer seja no âmbito privado ou público. Nesse sentido o presente artigo se propõe discutir o impacto da Reforma da Previdência para a qualidade do exercício da docência. Usamos como metodologia a pesquisa qualitativa com a revisão narrativa da literatura sobre adoecimento docente a partir das bases de dados da Scielo, da Capes, da Biblioteca Virtual de Saúde -BVS e Google Acadêmico no período de fevereiro de 2016 a dezembro de 2018. Foi fator de inclusão estudos nas áreas da psicologia e educação e fator de exclusão pesquisas que não usaram o professor como sujeito principal do estudo, como, também, descartou-se pesquisas que não relacionavam o adoecimento profissional com as relações de trabalho. Concluimos que apesar de parecer óbvio que a Reforma

-
- 1 Doutora em Educação Brasileira (UFC). Mestre em Educação Brasileira (UFC). Graduada em História (UECE) e em Pedagogia (UNESA). Integrante do Laboratório de Pesquisa de Estudos do Trabalho – LABOR/UFC. Professora da FVJ e Uni7.
 - 2 Psicologia/ PUCRS, Mestre em Educação Brasileira/ UFC, Psicopedagogia Asselvi/SC, Especialização em Psicologia numa abordagem sistêmica/ Unifor, professora de IES, consultora e assessora Educacional, Psicóloga escolar e clínica.
E-mail: carlads.psicologa@gmail.com.
 - 3 Bacharel em Direito pela Unicatólica. Especialista em Direito e Processos Constitucionais pela Unicatólica. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Unilab. Mestrando em Educação e Ensino pela UECE. Advogado e Professor dos cursos de Direito da FVJ e Favili.

da Previdência pode elevar o número de adoecimento e trazer impacto para o cenário educacional brasileiro, poucos estudos identificam mais detidamente essa relação, porém quando selecionamos estudos que tem como referência professor/sala de aula e adoecimento encontramos pesquisas significativas sobre o aumento de horas trabalhadas e o impacto que essa situação pode trazer a saúde docente, por conseguinte o aumento de anos ocasionados pela nova Previdência não se apresenta um bom cenário para a classe docente.

Palavras-chave: Docência. Reforma da Previdência. Adoecimento

1. Introdução

O debate sobre a Reforma da Previdência brasileira tem alcançado as diversas mídias retratando, por conseguinte, o impacto que ocorrerá em algumas classes de profissionais, bem como, as consequências dessas mudanças. O documento sobre a Reforma apresentado ao Congresso Nacional em 20 de fevereiro de 2019, propõe a reconfiguração do sistema previdenciário, incidindo de forma severa em classes como trabalhadores rurais e a classe docente. A perspectiva é que nenhum professor se aposentará antes de completar 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, situação complexa para essa classe.

Nesse sentido este trabalho aborda o impacto que essas mudanças trarão a qualidade do exercício da docência de um modo geral. A hipótese a ser apresentada é que a correlação entre o acréscimo de anos para aposentadoria e a profissão docente, colocam em xeque a questão da qualidade do exercício prático dessa profissão, além do comprometimento da saúde desses profissionais. Torna-se imprescindível, questionar as relações entre causas e efeitos, tendo em vistas que, a formação da sociedade também está, supostamente, comprometida, partindo do prisma que essa profissão tem como papel central a difusão do conhecimento sistematizado.

Na atualidade, o cenário traçado sobre o adoecimento pessoal em função do labor tem apresentado índices elevados na sociedade, sendo uma das classes com maior destaque nas pesquisas, a classe docente. As pesquisas sobre o mal-estar acometido pelos professores, tem identificado pontos importantes para traçar uma reflexão dialética entre as causas e efeitos dessa situação. Uma dessas questões apresentadas pela OIT (Organização internacional do Trabalho⁴) está no avanço das exigências do mundo profissional que nos últimos anos têm exacerbado as horas de trabalho, a necessidade de mais de um local de atuação laborativa, tendo como motivo principal, a renda ser insuficiente e uma intensa carga de trabalho extra.

O indicador adoecimento e a relação com o tempo de trabalho têm se apresentado em inúmeras pesquisas na área docente, quer seja pela carga horária excessiva, ou pelo tempo decorrido do exercício da função. De acordo com o relatório da OCD⁵ (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas

4 <https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>. Acessado em 05.05.2019.

5 Disponível em: <http://www.oecd.org/>. Acessado em 05.05.2019.

Anísio Teixeira), o professor brasileiro é o que tem mais horas de trabalho em detrimento a países como a Finlândia, Coreia, Estados Unidos, México e Cingapura, chega a ministrar entre 26 e 32 aulas semanais. No site do Senado Federal⁶ uma reportagem corrobora com essas informações apontando que “docentes trabalham a semana inteira ministrando aulas em jornadas de 40 horas semanais ou mais e passa os finais de semanas e feriados corrigindo provas, lendo livros, estudando, planejando aulas e atividades fora do seu horário de trabalho”.

A proposta da Reforma da Previdência através da PEC 21, se configura dentre outras questões no aumento do tempo de trabalho e de contribuição para a carreira docente, entendendo o que essa situação acarreta, a questão de pesquisa sugere o que seguinte questionamento: Qual correlação entre o aumento de tempo de trabalho e o adoecimento dos professores a partir das pesquisas já existentes? Por conseguinte, quais pesquisas retratam o impacto dessas mudanças para a aprendizagem dos alunos?

2. Breve percurso histórico da reforma da previdência no Brasil

A história pela luta da previdência social pública não é algo novo, pode-se dizer que tem início no final do século XIX e início do século XX com as caixas de assistência⁷ criadas por trabalhadores das ferrovias e correios, todos em sua maioria imigrantes europeus, sendo instituídas a partir do Decreto nº 4682. É relevante salientar que esse movimento, também, inaugurou o esquema de “financiamento *tripartite*, em que trabalhadores, empregados e o próprio Estado, partilhavam a responsabilidade de contribuir para um fundo comum” (Andrietta 2015, p. 17). Esse cenário se intensifica a partir dos anos de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, criando o Ministério do Trabalho e, por conseguinte os primeiros Institutos de Pensão com aprovação das primeiras leis de seguridade social para servidores públicos (Behring e Boschetti, 2006).

Com a promulgação da Constituição de 1946, a seguridade social passa a ser uma responsabilidade do estado, no Art. 157, expressava que:

6 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=48642>. Acessado em: 10.05.2019.

7 As CAP's asseguravam como benefícios o direito à aposentadoria (velhice ou invalidez), a obtenção de socorro médico (para si e para sua família), o recebimento de pensão ou pecúlio pelos familiares, e a compra de medicamentos a preços reduzidos, sendo mantidas pela contribuição compulsória dos empregados e empregadores, sem a participação do Estado (Couto, 2006, p. 96).

A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores: XV - assistência aos desempregados. Apenas na década de 1980, após a Ditadura Militar, com o início do processo de redemocratização no Brasil, o governo consolidou a questão da previdência social. (Carvalho 2008, p. 35)

A Constituição de 1988, traz alterações na estrutura da Seguridade Social sendo composta por Previdência, Saúde e Assistência Social, além de definir o aumento para cinco anos no tempo de contribuição e a criação do fator previdenciário⁸. Em por menores nesse documento também foi instituído a “eliminação das diferenças entre trabalhadores rurais e urbanos referentes aos tipos e valores de benefícios concedidos, além da extensão do prazo de carência de alguns tipos de benefícios para clientela rural” (Marques, Batich et al. 2003, p 116).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a necessidade de reforma da previdência se intensifica em virtude de ajustes econômicos e a necessidade de crescimento do país. A Emenda Constitucional de nº 20/98, traz em seu bojo alterações como idade mínima para as aposentadorias com 60 anos para homens e 55 para mulheres, proibição do acúmulo de aposentadoria com exceção da classe médica e professores, a extinção do auxílio funeral e a renda mensal vitalícia (Draibe, 2003). Em específico para a classe docente, Lima (2013, p. 08) reitera que

a aposentadoria especial foi restringida à categoria dos professores, após comprovação do efetivo exercício do magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, tendo direito ao benefício a partir dos 55 anos de idade e 30 de contribuição para homens e 50 de idade e 25 de contribuição para as mulheres.

Em 2003, no governo de Lula da Silva uma nova proposta de reforma da previdência para servidores públicos federais foi enviada ao Congresso, através da Emenda Constitucional de nº 40/2003. O documento dentre outras questões estabelecia um “teto de remuneração para servidores e agentes políticos, além do critério de contribuição para servidores inativos fixando a base de cálculo para a aposentadoria” (Lima 2003, p. 10).

8 Segundo Andrietta (2015, p. 41), Fator previdenciário é o “fator de redução (e em raras vezes aumento) utilizado na regra de cálculo do valor da aposentadoria que leva em conta a expectativa de vida da população. Quanto mais jovem o trabalhador se aposentar e quanto mais a expectativa de vida, menor será o valor do benefício”.

Segundo Marques e Mendes (2004), a EC da previdência no governo Lula propõe um alinhamento entre a agenda do Fundo Monetário Internacional-FMI e ao Banco Mundial⁹.

No exercício do governo de Dilma Rousseff foi aprovado a Previdência Complementar que instituiu “servidores contratados após 04/02/2013 só terão o teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS como aposentadoria (hoje R\$ 4.390,24) e, se quiserem receber mais, terão que contribuir para a previdência complementar¹⁰” (2016, p. 08). É relevante salientar que a previdência complementar tem caráter facultativo, mas é custeada por contribuição adicional. Tendo como princípio a descentralização da gestão administrativa.

2.1.Reforma da Previdência/PEC 21 e as Mudanças na Profissão Docente

Em 20 de fevereiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro entregou a Câmara dos Deputados em Brasília a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. Dentre as questões apresentadas as que causaram impacto foram as mudanças que ocorrerão para a classe trabalhadora em específico a classe docente, os trabalhadores rurais e a maioria da população que se aposenta com um salário mínimo. De acordo com o site da Câmara dos Deputados¹¹, atualmente professores da rede básica, pública e particular, podem pedir a aposentadoria após 25 anos (mulheres) e 30 anos (homens) de contribuição, desde que tenham exercido exclusivamente funções de magistério. Para os professores da rede pública, a idade mínima é de 50 anos para mulheres e 55, para homens.

Com a reforma, será necessário a comprovação do tempo efetivo nas funções de magistério, exclusivamente, na Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio, seja na rede particular ou na pública. No documento¹² (2019), a regra impõe idade mínima de 60 anos para homens e

9 Ver Dissertação de Mestrado intitulada “A Mercantilização do Sistema Previdenciário (1988-2014)” de Lucas Salvador Andrietta. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286543/1/Andrietta_LucasSalvador_M.pdf. Acessado em: 20.05.2019.

10 Disponível em: <http://www.apub.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Cartilha-sobre-Previdencia.pdf>. Acessado em: 20.05.2019

11 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/572724-REFORMA-DA-PREVIDENCIA-MUDANCA-NA-APOSENTADORIA-DE-PROFESSORES-DIVIDE-OPINIOES.html>. Acessado em: 20.05.2019.

12 Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/02/2019-02-20_nova-previdencia_v2.pdf. Acessado em: 20.05.2019.

mulheres, com tempo de contribuição de 30 anos para ambos os sexos. Essa situação eleva o tempo de serviço em 10 anos para as mulheres, além do tempo de contribuição.

A sociedade identifica o impacto que essa situação pode trazer para a classe docente, tendo em vistas, não ser de hoje que as exigências sociais pesam sobremaneira em cima do professor. Referendando à um histórico classista que exigiu sempre desse profissional uma adequação de perfil para acompanhar a evolução histórica da educação e apresentando baixo retorno no tocante ao fortalecimento da sua identidade social como, também, no que diz respeito a remuneração e ao respeito aos direitos adquiridos.

2.2.A ação docente e o impacto da reforma da previdência

A ação docente não é simples de ser mensurada, em vistas as peculiaridades que têm o trabalho do professor no exercício de sua função, quer seja em âmbito da gestão da escola ou gestão da sala de aula. A defasagem das condições de trabalho, além do acúmulo de horas dedicadas, a necessidade de intensa qualificação e requalificação, dentre outras questões confirmam o sobreesforço que o professor faz ao desempenhar sua função. Com base nessa afirmação usar-se-á esse tópico para identificar os eixos estruturantes do trabalho docente e, por conseguinte, fazer uma relação de causa e efeito com o impacto social que as mudanças da reforma da previdência podem acarretar.

Na reflexão trazida por Tardif e Lessard (2007, p 32), no livro "O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas", expressam que o exercício docente não se configura em um simples trabalho material, ao contrário, esse trabalho expõe que "seu objeto concerne realidades tangíveis, materiais e que possuem formas determinadas", ou seja, o trabalho docente em sua singularidade transita em dois eixos que se instituem em trabalho cognitivo e em trabalho sobre o outro.

Assim sendo, o trabalho cognitivo exercido pelo professor remete ao desempenho que apresenta baseado nas informações que recebe, nos conhecimentos que acumula ao longo da sua formação, em concepções e idéias que são refletidas a partir de sua prática, sendo que tudo isso está interligado à sua criação intelectual. Na prática, é com essa criação intelectual que o professor interpreta, adapta, transforma e cria a realidade, sendo a chave para a compreensão das transformações da sociedade (Tardif e Lessard 2007).

Outro ponto de importante de análise é o trabalho que o professor faz sobre o outro ser humano, identificando que “ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos” (Tardif e Lessard 2007, p. 32), esse fragmento expressa que as sutilezas desse trabalho evocam dispositivos pessoais complexos, como negociação, controle, persuasão, sedução, promessas, dentre outros. Esses dispositivos são importantes na construção da linguagem, da afetividade, da personalidade, por fim, na formação do sujeito em sua completude. Diante dessa complexidade no exercício da função, a classe docente hoje é uma das que mais sofre com diversos “estressores psicossociais”¹³, tanto ao contexto social, como a natureza de suas funções, chegando ao ponto de desencadear doenças, como, por exemplo, a

Síndrome de Bournout¹⁴, fobias, ansiedade e muitas outras doenças.

Nas últimas décadas um cenário aviltante e nefasto tem se configurado para o professorado e, o que se tem notado, são poucas ações com vistas a tomada de providências para a regressão dessa situação, ao contrário, as pesquisas como Leite e Nogueira (2016), Couto (2018), Kasper e Rinaldi (2018) têm denunciado o avanço dessa situação. Destaca-se que essa relação tende a piorar com as novas regras da previdência, como as mudanças no tempo da aposentadoria, sem dúvida a perspectiva é o desencadeamento de “transtornos mentais, distúrbios da voz e doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo” (Couto 2018, p. 45) e tantas outras doenças acometidas pelo tempo de profissão.

3. Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa de revisão narrativa da literatura com o objetivo de apresentar a correlação entre os possíveis impactos sociais que a Reforma da Previdência poderá trazer para a qualidade do exercício prático da profissão docente, a partir do aumento dos números de anos trabalhados. É relevante salientar que a escolha da revisão narrativa da literatura se deu por entender que esse

¹³ Estressores psicossociais são acontecimentos associados ao tipo de vida que se leva no meio social. (Limongi e Rodrigues 2014).

¹⁴ Trata-se de um conjunto de sintomas caracterizado por sinais de exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização profissional em decorrência de uma má adaptação do indivíduo a um trabalho prolongado, altamente estressante e com grande carga tensional (Maslach C, Goldberg J. Prevention of Burnout: new perspectives. Appl Prev Psychol. 1998;7(1):63-74. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096218499880022X>. Acessado em: 02.02.2019

tipo de seleção não exige “protocolos rígidos e explícitos de busca e seleção, nem demanda necessidade de esgotamento das fontes” (Vosgerau e Romanowski 214, p. 165), sendo adequado para um estudo inicial do tema em tela. Ressalta-se que, isto não quer dizer a ausência de rigor com o tratamento dos dados, sentido fundamental da pesquisa científica.

Para tanto, realizou-se um levantamento de artigos científicos, dissertações e teses que tratavam do adoecimento docente suas causas e consequências. Utilizou-se as bases de dados da Scielo, da Capes, da Biblioteca Virtual de Saúde -BVS e Google Acadêmico de dezembro de 2018 a abril de 2019, pesquisando termos como “mal-estar docente¹⁵”, “adoecimento do professor”, “esgotamento docente” e “saúde do professor”, por conseguinte, também, procurou-se trabalhos que relacionassem o adoecimento docente com o impacto social que essa situação possa trazer ao espaço educacional. Nesse primeiro momento, não se fez opção por nível de ensino, por entender que as doenças laborais acometem docentes em qualquer segmento. Seguiu-se os critérios de inclusão fazendo escolhas por estudos das áreas da saúde, da Psicologia e da Educação. No que diz respeito ao critério de exclusão foram desconsideradas pesquisas que não usaram o professor como sujeito principal do estudo, como, também, descartou-se pesquisas que não relacionavam o adoecimento profissional com as relações de trabalho, bem como, aquelas que ampliavam esse adoecimento para outros profissionais da Educação (merendeiras, porteiros, coordenadores, serventes, dentre outros).

4. Resultados e discussões

Os dados coletados serão apresentados identificando a base de dados, área de publicação, autor e ano, além da súmula feita sobre as obras.

¹⁵ Esta expressão tem sido largamente usada, nos últimos anos, na literatura que versa sobre os professores e o magistério, especialmente após a publicação, em 1986, da obra de José Manuel Esteve intitulada “O malestar docente: a sala de aula e a saúde dos professores”, cuja tradução para o português ocorreu em 1992.

Quadro I – Apresentação da seleção das revisões narrativas

Revisão		Caracterização
Tipo/Método/ Área de Publicação	Autor/ano	Elementos Primários
Livro/Revisão Narrativa	Codo (1999)	Destacamos a obra de Wanderley Codo, devido ao impacto que esse material trouxe para as pesquisas na década de 1990 sobre a relação adoecimento e o exercício profissional docente. É relevante salientar que a pesquisa de Codo fez parte de outros trabalhos importantes como Penteado e Neto (2019), Pochmann (2015), Gasparine (2005), que fez uma revisão narrativa sobre adoecimento do professor. A pesquisa de Codo (1999), foi elaborada com cinquenta e dois mil trabalhadores docentes, identificando questões como transtornos comportamentais que vão desde ansiedade, estresse, depressão, exaustão emocional dentre outras.). Outro ponto de identificação foi a síndrome de burnout, que 48% dos educadores apresentam sintoma (Penteado e Neto).
Artigo/Revisão Integrativa/Revisita de Saúde Ocupacional/ SciELO	Leite e Nogueira (2016)	A pesquisa foi desenvolvida entre janeiro de 2005 e março de 2016. Os autores selecionaram 8 estudos quantitativos, 09 estudos qualitativos e 03 qualiquanti (misto). O objetivo dessa revisão integrativa era identificar às condições físicas e organizacionais do trabalho, às relações interpessoais no trabalho, à satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho e aos sentidos de prazer e sofrimento no trabalho. A procura se deu nas bases de dados PubMed, Medline, LILACS (Biblioteca Virtual em Saúde), SciELO, Google Scholar, Periódicos Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Nos resultados e discussão Leite e Nogueira (2016, p. 06) apresentam em primeiro ponto que poucos estudos apresentam “determinantes e condicionantes da saúde relacionados ao trabalho de professores de IES” De acordo com Leite e Nogueira (2016, p. 06), dos vinte estudos, catorze abordaram o tema sob a perspectiva do sujeito e o impacto que tem os diversos tipos de adoecimentos com o exercício da docência no ensino superior. O estudo finaliza
Dissertação/ Revisão Sistemática da Literatura/ Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações/ Lilac/SciELO/ Cnpq/	Couto (2018)	Desenvolvida entre os anos de 2006 a 2017, com professores da Educação Básica. A autora utilizou várias bases de dados, além dos softwares Mendeley e Nodexl. Depois dos critérios de inclusão e exclusão restaram 54 artigos para análise, sendo um que faz relação do adoecimento docente e o impacto que trazia para o comportamento das crianças. O estudo de Lyra (210) com professores com sofrimento psíquico e crianças com problemas de comportamento, comprovou que o adoecimento docente causa um impacto social no comportamento das crianças. Em síntese essa revisão sistemática deixou claro através das publicações que as condições de trabalho podem afetar os estados emocionais e de saúde, bem como o comportamento docente.

Revisão	Caracterização	
Artigo/Revisão Sistemática da Literatura/SciELO/Biblioteca da UFMS	Kasper e Rinaldi (2018)	O artigo trata de uma revisão de literatura do material produzido de 2000 a 2016, sobre mal-estar docente. Foram selecionados 51 trabalhos, 43 dissertações e 8 teses, no banco de teses e dissertações. A análise identificou fatores como desvalorização, baixa remuneração, extenuante carga horária de trabalho, a ausência da família no processo educativo. Importante destacar que nessa revisão foi identificado implicitamente o mal-estar acometido pelo professor e sua preocupação com impacto com os discentes.
Artigo/Revisão não Sistemática da Literatura/Relato de Experiência/	Trindade, Morcef e Oliveira (2018)	O material trata de uma revisão não sistemática da literatura sobre o mal-estar docente a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), após a exclusão com critérios estabelecidos foram selecionados 27 artigos. A análise apresentou que os professores são severamente adoecimentos inúmeros como mal-estar, síndrome de burnout, dentre outras. Essa situação tem impacto no exercício da docência. Ainda nas análises, a pesquisa identificou que embora a sala de aula seja reconhecidamente um lugar de realização profissional, ela é, também, o principal espaço de adoecimento e da sobrecarga física e mental.
Artigo/Revisão Sistemática/SciELO/BVS/Lilacs	Diehl e Marin (2016)	A revisão sistemática da literatura analisou produções científicas nacionais publicadas entre 2010 e 2015, com vista a identificar principais sintomas e/ou adoecimentos psíquicos entre professores brasileiros. Usou as seguintes bases de dados: Lilacs, SciELO, index psicologia (Periódicos de Psicologia). Foram identificados 97 artigos que com os critérios de exclusão sobrou 21 a serem analisados. O material analisado contemplava todos níveis de ensino. Na análise foi identificado que várias áreas têm interesse pelo adoecimento docente, porém o campo da educação tem evidenciado um crescimento alarmante de profissionais licenciados para tratamentos de síndrome de burnout. Na pesquisa evidenciou-se que a categoria docente vinculada ao Ensino Fundamental e Médio é uma das mais expostas a ambientes conflituosos e de alta exigência de trabalho. Para finalizar, o material apresentou que para o professor construir competência pedagógica, social e emocional é preciso que esteja bem de saúde, conseqüentemente.
Artigo/Revisão Bibliográfica/Redalyc/SciELO	Oliveira, Pereira e Lima (2017)	A pesquisa buscou investigar as modalidades de adoecimento e sintomas dos professores de Universidades públicas, usou como recuo de pesquisa as produções dos últimos 10 anos no Brasil, encontrando cerca de 29.704 artigos, usando o critério de exclusão restaram 10 artigos. Nas categorias encontradas estão: adoecimento psíquico e emocional, adoecimento do corpo, adoecimento psicossomático. A análise identifica que 45,1% dos trabalhos publicados apresentam algum tipo de doença psicossomática, adoecimento psíquico aparece em 35,2% dos materiais pesquisados, e por último 19,7% sintomas que acometem o corpo. Em síntese a revisão identifica nas considerações um progressivo adoecimento das condições de trabalho, a relação aumento da carga horária de trabalho tem relação direta com processos de adoecimento docente.

Revisão	Caracterização	
Artigo/Revisão Integrativa/ Scielo/Redalyc	Silva, Rodrigues e Silveira (2016)	A pesquisa objetivou-se elaborar uma revisão integrativa da literatura existente sobre docentes e a síndrome de burnout e os processos de intervenção. Usou-se a base de dados da Scielo e a seleção foi entre os anos de 2000 e 2015. Após o primeiro processo de exclusão restou 31 artigos, desses identificou apenas um que discorria sobre a síndrome de burnout, mas trazia também a intervenção. Cabe destacar que as pesquisas apresentadas identificam conseqüências que a síndrome pode acarretar com relação ao exercício docente.
Artigo/Revisão Narrativa/Scielo	Penteado e Souza Neto (2018)	A pesquisa teve como foco a revisão narrativa acerca do mal-estar, dos sofrimentos e dos adoecimentos de professores. Foi realizada de janeiro a março de 2018, na base de dados da Scielo. Foram selecionadas 97 publicações que após o critério de exclusão e inclusão restaram 11 artigos. É relevante salientar que essa pesquisa usou inicialmente a pesquisa de Codo (1999) por compreender que essa obra tem respaldo histórico no debate sobre o mal-estar docente. Na conclusão a pesquisa identificou a prevalência de problemas relacionados a saúde mental, a saúde vocal e ao sistema locomotor. Um ponto interessante é que em algumas pesquisas apresenta-se uma lógica orientada não para evitar a doença, mas sim domesticá-la, contê-la, controlá-la, aprender a viver com ela.

4.1. Breves considerações sobre a revisão narrativa e o impacto do adoecimento docente no espaço social do trabalho

Reitera-se que nessa fase inicial do estudo, inicialmente, no processo de seleção intensa do material, entretanto, as pesquisas sinalizam uma correlação do impacto social que o adoecimento docente traz no cenário educacional. Inicia-se essa revisão narrativa com a obra de Codo (1999) por entender que esse material tem relevância nos primeiros estudos sobre o tema, a síndrome de burnout como relação com o trabalho do professor se intensifica nos anos de 1990. Em seguida a essa década, as perspectivas investigativas incluem a síndrome como abrangência de muitas disfunções. Codo (1999) faz uma intensa pesquisa rastreando essa síndrome na classe docente, assim após os anos de 1990 esse trabalho foi referência para muitas outras análises na área.

Apesar de parecer óbvio que a Reforma da Previdência pode elevar o número de adoecimento e trazer impacto para o cenário educacional brasileiro não havia comprovação no campo da pesquisa sobre isso, assim a revisão narrativa indica um caminho para refletir sobre o assunto. A pesquisa de Leite e Nogueira (2016) apresentou que o adoecimento docente transforma o exercício profissional no ensino superior, pois “as pesquisas realizadas coincidem em descrever o professor como uma pessoa

condenada a fazer mal seu trabalho” (ESTEVE, 1999, p. 144). Esse mal trabalho condena o sujeito no exercício de sua profissão.

A relação adoecimento e desempenho profissional aparece também em Couto (2018) ao concluir uma pesquisa sobre essa situação com educadores da Educação Infantil. Quando em uma revisão sistemática identifica que esses docentes com sofrimento psíquico têm relação direta com crianças com problemas de comportamento, pois, esse adoecimento causa um impacto social no comportamento das crianças, numa relação dialética de causa e efeito. É relevante salientar que uma das questões expostas que tem como causa esse adoecimento se configura nas extensas horas de trabalho do professor fora da sala de aula. A exemplo disso Manfré (2014) expõe uma matéria publicada em 2008 na Nova Escola que a Rede Estadual de São Paulo registrava 30 mil faltas por dia, em um universo de 250 mil professores.

Interessante observar que as pesquisas pós anos de 1990, intensificam as discussões sobre as consequências que o sistema capitalista de produção pode trazer ao trabalho do professor, a necessidade exacerbada de horas trabalhadas, as relações empregatícias cada vez mais fluídas, a concorrência cada vez mais acirrada causam adoecimentos psíquicos irreversíveis. Esteves (1999, p. 13) reitera esse debate observando que:

A acelerada mudança do contexto social, em que exercemos o ensino, apresenta, a cada dia, novas exigências. Nosso sistema educacional, rapidamente massificado nas últimas décadas, ainda não dispõe de uma capacidade de reação para atender às novas demandas sociais [...]. Portanto, os professores se encontram ante o desconcerto e as dificuldades de demandas mutantes e a contínua crítica social por não chegar a atender essas novas exigências. (ESTEVE, 1999, p. 13)

A revisão narrativa iniciada nesse trabalho observa uma crescente situação de adoecimento crônico desses profissionais por não atenderem essas novas exigências do mercado. Não deixa dúvidas que a Reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro coloca outra pedra na lápide da carreira docente. A síndrome de burnout entrou para Organização Mundial da Saúde como doença de massa e o “Ministério da Saúde (Brasil, 2001) reconhece a síndrome como uma reação psíquica a condições de trabalho adversas e que atinge, principalmente, profissionais que atuam em contato com o público”. (Manfré 2014, p. 31).

Ressalta-se que a reforma da previdência pode vir a cristalizar sintomas da síndrome de burnout, numa relação direta entre causa e efeito,

no tocante a tempo de serviço e e esgotamento profissional, principalmente atingindo aos docentes. Tornando-se evidente que os profissionais da Educação estão sob intensos fatores estressores e conflitivos, pois a ação educativa envolve vários contextos relacionais para além dos profissionais. Portanto, pode-se inferir que, os impactos desta reforma extrapolarão as questões individuais, mas, também, atingirá o coletivo de formas a vir a sobrecarregar a atenção básica de saúde, como, o número de usuários da previdência afastados de suas funções, no caso, os docentes, pode aumentar significativamente.

5. Considerações finais

Ao considerar a hipótese que a Reforma da Previdência trará impacto nefasto para o exercício da profissão docente, pois eleva o tempo de serviço inicia-se a revisão narrativa objetivando identificar pesquisas pudessem apresentar pistas a problemática em questão. Os critérios de seleção do material foram selecionados entre 2016 a 2018, procurando incluir todos os artigos que tivessem o professor como sujeito principal da pesquisa. No que diz respeito ao critério de exclusão optou-se por eliminar os trabalhos que incluíram os demais trabalhadores da Educação, para tanto, seguiu-se o recorte dos profissionais docentes, mantendo o foco na docência. A priori selecionou-se 97 trabalhos nas bases de dados da Scielo, Capes, BVS e Google Acadêmico, desses procuramos as pesquisas que identificassem de forma implícita ou explícita a relação adoecimento e as exigências da carga-horária de trabalho, assim resultou 08 trabalhos.

Os artigos analisados identificaram historicamente que o tema mal-estar docente se apresenta nas pesquisas a partir dos anos de 1980, com a publicação da obra de José Manuel Esteve “O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores” traduzida para o português em 1992, após esse ano em 1999, Codo publica no Brasil sua pesquisa com professores sinalizando a Síndrome de burnout. Essa fase desencadeia pesquisas em áreas diversas compondo um quadro do adoecimento docente no Brasil.

Com relação a revisão narrativa elaborada de 2016 a 2018 foi possível identificar que o cenário da contemporaneidade tem incorporado outros debates com relação a saúde do professor, a exigência da polivalência, a necessidade de horas em excesso para cursos e estudos são descritores que surgem nas pesquisas recentes. Outro debate importante que tem sido identificado nessas produções é sobre o absenteísmo. Essa situação

aparece em 60% das pesquisas encontradas como efeito direto da situação que os professores brasileiros vivem acometidos. Porém, ainda, existe uma lacuna de pesquisas sobre que efeito essa situação pode acarretar ao processo de ensino e aprendizagem, por conseguinte, que macroimpacto isso pode trazer para educação brasileira, quanto seria de verbas investidas em docentes afastados do seu labor por adoecimento.

Ficou claro a identificação da relação espaço tempo na profissão docente como causador de conflito emocional e adoecimento, ou seja, excessos de horas trabalhadas tem impacto nefasto na saúde física e psicológica docente. Esse fato nos conduz a pensar que a perspectiva futura das mudanças na categoria de aposentadoria da classe docente amplificará esse problema. Como exposto, a docência tem especificidades distintas de outras categorias, pois trabalha com a natureza humana e suas subjetividades. Saviani (2012) em seu livro *Pedagogia Histórico Crítica*, discorre que a educação tem a ver com "idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades", o aprofunda esse debate explicando que "consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens"(Saviani 2012, p. 13).

6. Referências

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 232 p.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. 213 p. 2.

DE CARVALHO, GRAZIELA FIGUEIREDO. A assistência social no Brasil: da caridade ao direito. 2008.

CODO, W. (Org.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

COUTO, Andrea Lobato. Adoecimento de docentes na educação básica: uma revisão sistemática da literatura. Orientadora: Maély Ferreira Holanda Ramos. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10903>. Acesso em:.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016.

DRAIBE, Sonia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

GATTI, Bernardete A. Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação básica. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, n. 145, p. 88-111, 2012.

LIMA, Maria Jacqueline Nogueira. PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REFORMAS NA ERA FHC E ERA LULA: A CAMINHO DO PRIMEIRO MUNDO OU MAIS UM “JEITINHO” BRASILEIRO?. - Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR - Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013. Disponível em: http://edemocracia.com.br/forumcienciapolitica/edicoesanteriores/2013/especific_files/papers/6MZG.pdf

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina; RODRIGUES, Avelino Luiz. Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 2014

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana; MENDES, Áquila. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 1, p. 111-121, 2003.

MASLACH, Christina; GOLDBERG, Julie. Prevention of burnout: New perspectives. **Applied and preventive psychology**, v. 7, n. 1, p. 63-74, 1998.

MILESKI, Helio Saul. O Regime Previdenciário do Servidor Público à Luz da Emenda Constitucional nº 20/98. **Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul– RTCE, Porto Alegre**, v. 17, n. 30, p. 115-169, 1999.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; DE SOUZA PEREIRA, Maristela; DE LIMA, Luana Mundim. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 609-619, 2017.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 135-153, 2019.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012 – (Coleção educação contemporânea)

VOSGERAU, D. S. A R.; ROMANOWSKI, T. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.